

INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158516-INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC	THIEGO RIPPEL PINHEIRO	04/05/2026 08:34 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23292.013418/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de transporte rodoviário de passageiros, sob regime de fretamento eventual (ônibus e micro-ônibus e vans), sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Condições Gerais

Item	Denominação	Medida	Quant.	Valor	Total
1	ARA01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 275.875,12	R\$ 275.875,12
ARA01 - SAÍDA DE ARARANGUÁ - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
2	ARA02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 6.040,84	R\$ 6.040,84
ARA02 - SAÍDA DE ARARANGUÁ - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
3	CAN01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 207.023,56	R\$ 207.023,56
CAN01 - SAÍDA DE CANOINHAS - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral.					

Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

4	CAN02 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 30.157,44	R\$ 30.157,44
---	---------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

CAN02 - **SAÍDA DE CANOINHAS** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

5	CDR01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 161.262,80	R\$ 161.262,80
---	--	---------	---	----------------	----------------

CDR01 - **SAÍDA DE CAÇADOR** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

6	CDR02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 7.524,70	R\$ 7.524,70
---	--	---------	---	--------------	--------------

CDR02 - **SAÍDA DE CAÇADOR** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

7	CDR03 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 2.568,80	R\$ 2.568,80
---	---------------------------------------	---------	---	--------------	--------------

CDR03 - **SAÍDA DE CAÇADOR** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

8	CHA01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 46.152,72	R\$ 46.152,72
---	--	---------	---	---------------	---------------

CHA01 - **SAÍDA DE CHAPECÓ** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

9	CHA02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 66.143,60	R\$ 66.143,60
---	--------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

CHA02 - **SAÍDA DE CHAPECÓ** - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

10	CRI01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 162.660,00	R\$ 162.660,00
----	--	---------	---	----------------	----------------

CRI01 - **SAÍDA DE CRICIÚMA** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

--	--	--	--	--	--

11	CRI02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 16.573,00	R\$ 16.573,00
CRI02 - SAÍDA DE CRICIÚMA -Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
12	CRI03 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 12.114,00	R\$ 12.114,00
CRI03 - SAÍDA DE CRICIÚMA - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.					
13	CTE01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 127.079,00	R\$ 127.079,00
CTE01 - SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
14	CTE02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 23.846,40	R\$ 23.846,40
CTE02 - SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
15	CTE03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 19.084,64	R\$ 19.084,64
CTE03 - SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
16	FLN01 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 255.946,30	R\$ 255.946,30
FLN01 - SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
17	GAS01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 126.499,28	R\$ 126.499,28
GAS01 - SAÍDA DE GASPAR - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
18	GAS02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 32.606,67	R\$ 32.606,67

GAS02 - **SAÍDA DE GASP**AR - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

19	GPB01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 95.792,40	R\$ 95.792,40
----	--	---------	---	---------------	---------------

GPB01 - **SAÍDA DE GAROPABA** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

20	GPB02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 21.051,00	R\$ 21.051,36
----	--	---------	---	---------------	---------------

GPB02 - **SAÍDA DE GAROPABA** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

21	GPB03 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 19.378,24	R\$ 19.378,24
----	---------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

GPB03 - **SAÍDA DE GAROPABA** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

22	ITJ01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 24.819,84	R\$ 24.819,84
----	--	---------	---	---------------	---------------

ITJ01 - **SAÍDA DE ITAJAÍ** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

23	ITJ02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 4.043,57	R\$ 4.043,57
----	--	---------	---	--------------	--------------

ITJ02 - **SAÍDA DE ITAJAÍ** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

24	JAR01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 224.602,48	R\$ 224.602,48
----	--	---------	---	----------------	----------------

JAR01 - **SAÍDA DE JARAGUÁ DO SUL (CENTRO)** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

25	JAR02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 12.683,00	R\$ 12.683,00
----	--	---------	---	---------------	---------------

JAR02 - **SAÍDA DE JARAGUÁ DO SUL (CENTRO)** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

26	JLE01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 132.116,32	R\$ 132.116,32
----	--	---------	---	----------------	----------------

JLE01 - **SAÍDA DE JOINVILLE** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

27	JLE02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 18.263,52	R\$ 18.263,52
----	--	---------	---	---------------	---------------

JLE02 - **SAÍDA DE JOINVILLE** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

28	LGS01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 116.283,60	R\$ 116.283,60
----	--	---------	---	----------------	----------------

LGS01 - **SAÍDA DE LAGES** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

29	LGS02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 30.528,16	R\$ 30.528,16
----	--------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

LGS02 - **SAÍDA DE LAGES** - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

30	LGS03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 67.037,60	R\$ 67.037,60
----	--	---------	---	---------------	---------------

LGS03 - **SAÍDA DE LAGES** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

31	LGS04 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 11.517,52	R\$ 11.517,52
----	---------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

LGS04 - **SAÍDA DE LAGES** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

32	PHB01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 67.634,72	R\$ 67.634,72
----	--	---------	---	---------------	---------------

PHB01 - **SAÍDA DE PALHOÇA** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

33	PHB02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 12.094,64	R\$ 12.094,64
----	--	---------	---	---------------	---------------

PHB02 - **SAÍDA DE PALHOÇA** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

	RAU01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 112.263,96	R\$ 112.263,96
--	--	---------	---	----------------	----------------

34					
RAU01 - SAÍDA DE JARAGUÁ DO SUL (RAU) - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
35	RAU02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	Unidade -	1	R\$ 39.033,27	R\$ 39.033,27
RAU02 - SAÍDA DE JARAGUÁ DO SUL (RAU) - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
36	REI-PROEN - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 49.009,60	R\$ 49.009,60
REI-PROEN - SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
37	SCA01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 131.475,84	R\$ 131.475,84
SCA01 - SAÍDA DE SÃO CARLOS - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
38	SCA02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 137.841,44	R\$ 137.841,44
SCA02 - SAÍDA DE SÃO CARLOS - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
39	SCA03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 24.029,23	R\$ 24.029,23
SCA03 - SAÍDA DE SÃO CARLOS - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
40	SJE01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 49.788,80	R\$ 49.788,80
SJE01 - SAÍDA DE SÃO JOSÉ - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
41	SLO01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 34.936,80	R\$ 34.936,80

SLO01 - **SAÍDA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

42	SLO02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 99.191,20	R\$ 99.191,20
----	--------------------------------------	---------	---	---------------	---------------

SLO02 - **SAÍDA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE** - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

43	SLO03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO	UNIDADE	1	R\$ 16.775,60	R\$ 16.775,60
----	--------------------------------	---------	---	---------------	---------------

SLO03 - **SAÍDA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

44	SLO04 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 5.238,40	R\$ 5.238,40
----	---------------------------------------	---------	---	--------------	--------------

SLO04 - **SAÍDA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

45	SMO01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 96.978,00	R\$ 96.978,00
----	--	---------	---	---------------	---------------

SMO01 - **SAÍDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE** - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

46	SMO02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 204.910,00	R\$ 204.910,00
----	--------------------------------------	---------	---	----------------	----------------

SMO02 - **SAÍDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE** - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.

47	SMO03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 11.983,62	R\$ 11.983,62
----	--	---------	---	---------------	---------------

SMO03 - **SAÍDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE** - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.

48	SMO04 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 5.485,20	R\$ 5.485,20
----	---------------------------------------	---------	---	--------------	--------------

SMO04 - **SAÍDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE** - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.

--	--	--	--	--	--

49	TUB01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 390.732,60	R\$ 390.732,60
TUB01 - SAÍDA DE TUBARÃO - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
50	TUB02 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 25.366,00	R\$ 25.366,00
TUB02 - SAÍDA DE TUBARÃO - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
51	URU01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 42.814,88	R\$ 42.814,88
URU01 - SAÍDA DE URUPEMA - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
52	XXE01 - ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 67.122,52	R\$ 67.122,52
XXE01 - SAÍDA DE XANXERÊ - Ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
53	XXE02 - ÔNIBUS LEITO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 181.166,00	R\$ 181.166,00
XXE02 - SAÍDA DE XANXERÊ - Ônibus Leito (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 36 (trinta e seis) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente banheiro, poltronas reclináveis soft e frigobar com água mineral. Equipado com banheiro e equipado com bagageiro amplo. ATENÇÃO: Sempre que solicitado pelo IFSC ônibus deve ser equipado com Plataforma Elevatória e alternativamente com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM), área reservada para Cadeira de Rodas e meios adequados para sua fixação e equipe treinada para operação e atendimento ao cadeirante.					
54	XXE03 - MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 14.814,40	R\$ 14.814,40
XXE03 - SAÍDA DE XANXERÊ - Micro-ônibus Executivo (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados. Deve possuir ar-condicionado, ar quente e poltronas reclináveis.					
55	XXE04 - VAN EXECUTIVA (COM MOTORISTA)	UNIDADE	1	R\$ 5.832,80	R\$ 5.832,80
XXE04 - SAÍDA DE XANXERÊ - Van Executiva (Com Motorista): Veículo com capacidade mínima de 14 passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, ar quente, bancos individuais reclináveis.					

VALOR TOTAL: R\$ 4.183.796,00

1.1.2. Grupo de Itens: os itens 13 - CTE01 e 36 - REI-PROEN formarão um grupo de itens de ônibus executivo com saída da cidade de Florianópolis. Os itens 14 - CTE02 e 16 - FLN01 formarão um grupo

de itens de ônibus leito com saída da cidade de Florianópolis. Os itens 24 - JAR01 e 34 RAU01 formarão um grupo de itens de ônibus executivo com saída da cidade de Jaraguá do Sul. Os itens 25 - JAR02 e 35 RAU02 formarão um grupo de itens de micro-ônibus com saída da cidade de Jaraguá do Sul.

1.1.2.1. Considerando o parcelamento proposto, esclarece-se que a formalização da contratação observará como referência o instrumento contratual a ser firmado (termo de contrato), independentemente da forma de disputa adotada (por itens ou por grupos).

1.1.2.1.1. Assim, caso a licitante seja adjudicatária de mais de um item, todos eles poderão, a critério do IFSC, ser consolidados em um único contrato, o qual abrangerá integralmente as obrigações assumidas. Nessa hipótese, será o referido instrumento contratual que disciplinará os regimes de reajuste, revisão, repactuação e eventual rescisão, assegurando coerência na gestão e execução contratual.

1.2. As características dos veículos ônibus de categorias executivo e leito serão as definidas no Anexo III da RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.368, de 29 de junho de 2017, a saber:

ITEM	CARACTERÍSTICAS E DIMENSÕES MÍNIMAS	EXECUTIVO	LEITO
I	PROFUNDIDADE DO ASSENTO, EM CENTÍMETROS (PA)	42	45
II	LARGURA DO ASSENTO, EM CENTÍMETROS (LA) ⁽²⁾	45	50
III	ALTURA DO ASSENTO EM RELAÇÃO AO PISO, EM CENTÍMETROS (AA)	38	38
IV	ESTÁGIOS DE RECLINAÇÃO DO ENCOSTO DA POLTRONA (ER)	3	4
V	RECLINAÇÃO FINAL DO ENCOSTO EM RELAÇÃO À VERTICAL, EM GRAUS (Á)	40	50
VI	DISTÂNCIA ENTRE UMA POLTRONA E AQUELA LOCALIZADA IMEDIATAMENTE A SUA FRENTE QUANDO ESTA ESTIVER EM SUA RECLINAÇÃO MÁXIMA, EM CENTÍMETROS (DPM)	26	37
VII	LARGURA DO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO/MAIS DE UM CORREDOR EM CENTÍMETROS (LC) ⁽³⁾	35	35/25
VIII	ALTURA DO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO, EM CENTÍMETROS (AC) ⁽⁴⁾	190	190
IX	GABINETE SANITÁRIO, EXIGÊNCIA	SIM	SIM
X	AR CONDICIONADO, EXIGÊNCIA	SIM	SIM

XI	CABINE INDIVIDUAL PARA MOTORISTA, CARACTERIZADA POR SEPARAÇÃO FÍSICA COMPLETA DO ESPAÇO DESTINADO AOS PASSAGEIROS, EXIGÊNCIA	SIM	SIM
XII	APOIO PARA PERNAS, EXIGÊNCIA	NÃO	SIM
XIII	MÁXIMO DE TRÊS FILEIRAS DE POLTRONAS NA DISTRIBUIÇÃO 2X1 OU 1X1X1, EXIGÊNCIA	NÃO	SIM
XIV	ANTEPARO TIPO CABECEIRA, EM TODAS AS POLTRONAS, PARA PROTEGER O ENCOSTO DA POLTRONA, QUANDO A MESMA ESTIVER RECLINADA, EXIGÊNCIA	NÃO	NÃO

1.3. Idade Máxima: Os veículos disponibilizados deverão respeitar os limites de idade de fabricação contados a partir do primeiro licenciamento, garantindo a modernidade e segurança da frota respeitando a idade máxima de 12 (doze) anos de uso para ônibus, 10 (dez) anos de uso para micro-ônibus e 8 (oito) anos de uso para vans.

1.4. Estado de Conservação: Todos os veículos devem apresentar perfeito estado de funcionamento mecânico, elétrico e de conservação (estofamento íntegro, pneus em bom estado, cintos de segurança funcionais em todos os assentos, ar-condicionado gelando e ar quente esquentando e bancos reclinando). Os sistemas de ar-condicionado e ar quente além de funcionando devem estar higienizados.

1.5. Seguros: Os veículos devem estar cobertos por Seguro de Responsabilidade Civil conforme valores mínimos determinados pela ANTT e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE /SC ou órgão competente estadual.

1.6. Registros junto as agencias fiscalizadoras: A contratada deverá manter a regularidade da Empresa (pessoa jurídica) e dos veículos junto aos órgãos fiscalizadores/reguladores (ANTT, e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE/SC ou órgão competente estadual, CADASTUR) e portar, durante as viagens, toda a documentação exigida pela legislação (CRLV, licenças de viagem, listas de passageiros autorizadas), isentando o IFSC de qualquer responsabilidade por apreensões ou multas decorrentes de irregularidades documentais.

1.7. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.7.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.8.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade de deslocamento para realização de atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) é permanente e essencial para o funcionamento da Instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização dos custos administrativos e a garantia da não interrupção do serviço, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9. Prazo de vigência

1.9.1. O prazo inicial de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9.2. O Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 e 2027, conforme consta no Tópico 11 – Alinhamento entra a Contratação e o Planejamento dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. No que tange ao ciclo de vida e sustentabilidade do objeto (conforme art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133/2021), a solução transfere à Contratada a responsabilidade integral pela gestão dos ativos, incluindo a manutenção preventiva, a correta destinação ambiental de resíduos operacionais (pneus, lubrificantes e baterias) e a renovação da frota, exigindo-se veículos com idade limitada para assegurar menor emissão de poluentes e maior eficiência energética.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nos Estudos Técnicos Preliminares, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Política de Logística Sustentável do IFSC:

4.1.1. Os veículos utilizados na prestação do serviço deverão observar os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos e ruídos definidos pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), devendo a Contratada garantir que a idade da frota esteja dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.2. A Contratada deverá responsabilizar-se pela logística reversa e destinação ambientalmente adequada de resíduos perigosos gerados pela manutenção da frota utilizada no contrato (pneus inservíveis, baterias, filtros e óleos lubrificantes usados), em estrita observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.1.3. A manutenção preventiva da frota deverá ser realizada periodicamente para assegurar a eficiência energética dos motores e minimizar a emissão de gases de efeito estufa, podendo a Fiscalização solicitar, em caso de dúvida fundada ou emissão visível de fumaça preta, a apresentação de laudo de opacidade do veículo.

4.1.4. É vedado o descarte de resíduos sólidos (lixo orgânico ou reciclável) gerados pelos passageiros durante a viagem em locais não apropriados, devendo o veículo dispor de lixeiras internas adequadas e a Contratada providenciar o descarte final correto ao término do trajeto.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marca ou modelo específico para os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços, devendo estes atender integralmente às especificações técnicas, de desempenho, segurança e conforto descritas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não haverá vedação de marcas ou produtos para a execução dos serviços, tendo em vista a inexistência de histórico ou processo administrativo que comprove a inadequação de produtos ou marcas específicas para o atendimento da necessidade da Administração, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de transporte e não ao fornecimento de bens ou revenda de equipamentos, não se justificando tal exigência sob pena de restrição indevida à competitividade.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. A gestão administrativa e a responsabilidade civil do contrato, devendo a Contratada manter e garantir que a subcontratada mantenha, canal de comunicação direto e permanente com o IFSC.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.7.1. A execução de viagens eventuais em caso de indisponibilidade momentânea da frota própria da Contratada ou picos de demanda, desde que o veículo subcontratado atenda a todas as especificações técnicas (idade, seguro, vistoria) exigidas neste Termo de Referência.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado (CRLV do veículo e CNH do condutor), que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, notadamente por tratar-se de serviço pago por unidade de medida executada, inexistindo risco financeiro de inadimplemento antecipado para a Administração.

Vistoria

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto será executado em vias públicas e locais de fácil acesso (sedes dos Câmpus do IFSC), cujas localizações são de conhecimento público e notório, bastando as informações constantes neste Termo de Referência para a elaboração das propostas.

Margem de Preferência

4.14. Não será aplicada margem de preferência, uma vez que o objeto da contratação não se enquadra nas hipóteses de bens manufaturados e serviços nacionais com regulamentação específica aprovada pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), conforme Decreto nº 11.890/2024.

Obrigações da Contratada - Segurança

4.15. A Contratada deverá manter vigentes, durante toda a execução, as seguintes coberturas mínimas de seguro, comprovando-as antes da primeira viagem:

4.15.1. APP (Acidentes Pessoais a Passageiros): R\$ 50.000,00 por passageiro.

4.15.2. RCF-V (Danos a Terceiros): R\$ 200.000,00 para danos corporais e R\$ 200.000,00 para danos materiais.

4.16. Todos os condutores devem possuir CNH categoria "D" ou "E", com a observação "EAR" (Exerce Atividade Remunerada) e o curso especializado de Condutor de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros (Resolução CONTRAN).

4.17. Os veículos devem ser apresentados rigorosamente limpos (interna e externamente) o que deverá atender a critérios como Lixeiras vazias e com sacos novos; Sanitários com produto químico desodorizante, papel higiênico e papel toalha; Estofados sem manchas ou poeira excessiva.

4.18. É obrigatória a presença de climatização (ar-condicionado) sistema frio (resfriamento) e com o sistema de calefação (aquecimento) plenamente operante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições e Rotinas de Execução - a prestação dos serviços terá início de acordo com a vigência prevista em contrato, ocorrendo de forma parcelada e sob demanda.

5.1. Os serviços de fretamento serão prestados em regime de disponibilidade integral (24 horas por dia, 7 dias por semana), incluindo sábados, domingos e feriados.

5.2. O ponto de partida e chegada será a sede da Unidade Requisitante (conforme detalhado no Quadro de Especificações Mínimas) ou outro local expressamente indicado na Ordem de Serviço (OS), sendo o faturamento de acordo com os termos previstos neste termo de referencia.

5.3. A contratada assume a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva da frota, garantindo veículos em perfeito estado de conservação e limpeza.

5.4. Rotinas de Trabalho (Fluxo Etapa a Etapa)

5.4.1. A execução contratual observará rigorosamente as seguintes rotinas operacionais:

5.4.1.1. IFSC enviará a Ordem de Serviço (OS) com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos para o transporte coletivo com Vans, Micro-ônibus e Ônibus.

5.4.1.2. A contratada deve confirmar o agendamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas por correspondência eletrônica, salvo situações excepcionais conciliada com a fiscalização.

5.4.1.3. Com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da viagem, a CONTRATADA deverá enviar os dados do condutor (CNH e curso especializado, quando houver) e do veículo (CRLV e apólice de seguro atualizada) para aprovação da fiscalização.

5.4.1.4. O motorista deve possuir vínculo formal com a contratada, e quando autorizado com a subcontratada, sendo vedado motorista sem vínculo com a contratada ou subcontratada.

5.4.1.5. A Contratada deve arcar com despesas de alimentação e/ou hospedagem dos profissionais motoristas.

5.4.2. Execução e Fiscalização In Loco:

5.4.2.1. O veículo deve estar no local de embarque com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto.

5.4.2.2. Em cada viagem obrigatoriamente deverá haver um servidor da Administração responsável que realizará a conferência visual (limpeza, segurança e ar-condicionado) e preencherá o Checklist de Viagem, Anexo II deste Termo de Referência, registrando obrigatoriamente o odômetro inicial e final.

5.4.2.3. Caberá ao fiscal do contrato repassar ao responsável pela viagem os dados do veículo e nome do motorista, bem como outras informações que julgar relevante e caberá ao responsável pela viagem verificar os dados repassados pelo fiscal durante a conferência inicial.

5.4.2.4. Para fins de auditoria e medição é recomendado que o servidor responsável por acompanhar a viagem fotografe o painel do veículo (odômetro) no início e no término do percurso.

5.4.2.5. Em trajetos na Região Serrana ou Planalto, a contratada deve garantir manutenção rigorosa de pneus e freios devido ao risco de gelo e declividade.

5.4.3. Em caso de pane mecânica, sinistro, interdição por órgãos de trânsito (ANTT/PRF/PRE) ou qualquer irregularidade que impeça a continuidade segura da viagem, a Contratada deverá substituir o veículo por outro de categoria igual ou superior, respeitando os seguintes prazos máximos:

5.4.3.1. Viagens dentro do Estado de Santa Catarina: até 04 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação oficial da ocorrência.

5.4.3.2. Viagens Interestaduais (Fora de SC): até 06 (seis) horas, contadas a partir da comunicação oficial da ocorrência.

5.4.3.3. Caso a Contratada não possua veículo próprio nas proximidades, deverá providenciar a subcontratação imediata de empresa local devidamente regularizada para concluir o trajeto, arcando com todos os custos, sem ônus para o IFSC.

5.4.3.4. Durante o período de espera, se este exceder 03 (três) horas, a Contratada deverá fornecer suporte básico aos passageiros (água e alimentação) e, caso a substituição ocorra em período noturno ou preveja espera superior a 08 (oito) horas, deverá providenciar alojamento/hotelaria.

5.4.3.5. O veículo substituto deverá obrigatoriamente atender a todos os requisitos técnicos deste Termo de Referência, incluindo ar-condicionado/calefação operante, itens de segurança e acessibilidade, sob pena de recusa e aplicação de multa por inexecução parcial.

5.5. A empresa deve disponibilizar canal de contato 24 (vinte e quatro) horas para comunicação direta entre prepostos, motoristas e o fiscal do IFSC durante toda a execução, inclusive quando for autorizada a subcontratação.

5.6. Medição e Faturamento:

5.6.1. O Fiscal do Contrato consolidará os checklists e fotos, quando houver, para validar a quilometragem total percorrida (KmTP) e as horas de disponibilidade (DTV).

5.6.2. Eventuais atrasos, falhas de limpeza ou condutas inadequadas será registrado em relatório de fiscalização e pontuarão no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), gerando glosas que variam com aplicação de percentual sobre o valor da respectiva viagem a ser disciplinado no documento IMR (Anexo II).

5.6.3. O pagamento será efetuado com base na execução exata de cada OS, aplicando-se a fórmula contratual e o Coeficiente de Economia de Escala para trajetos de maior distância.

5.6.4. O fiscal encaminhará o relatório de fiscalização com IMR aos cuidados do Gestor do Contrato.

5.6.5. O Gestor do Contrato emitirá o relatório da Gestão Contratual e, juntamente com o IMR emitido pelo fiscal, encaminhará aos cuidados da empresa autorizando o faturamento da viagem e concedendo o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação de defesa, caso discorde com o relatório apresentado.

5.6.6. Findado o prazo, a empresa deverá emitir a nota fiscal ou documento de faturamento conforme valor autorizado.

5.7. Caso o servidor fiscal acumule a função de Gestor do Contrato, poderá encaminhar a documentação (Relatório Técnico com IMR e Gestão em um único documento).

5.8. Itens de Conforto e Tecnologia de Bordo:

5.8.1. Disponibilização de ar-condicionado (quente e frio) em pleno funcionamento e devidamente higienizado em todas as categorias de veículos.

5.8.2. Fornecimento de frigobar abastecido com água mineral para os modelos de ônibus.

5.8.3. Disponibilização de tomadas USB individuais para carregamento de dispositivos móveis nos veículos de longa distância (ônibus).

5.8.4. Manutenção de poltronas reclináveis (padrão soft para ônibus) e estofamento em perfeito estado de integridade.

5.9. Equipamentos de Segurança, Acessibilidade e Documentação:

5.9.1. Disponibilização de cintos de segurança funcionais para todos os assentos e pneus em bom estado de conservação.

5.9.2. Manutenção de Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) ou elevador plataforma veicular homologado para os ônibus com acessibilidade.

5.9.3. Porte obrigatório de toda a documentação original exigida pela legislação de trânsito e órgãos fiscalizadores, incluindo CRLV, licenças da ANTT/e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE/SC ou órgão competente estadual e apólices de seguro RCF-V e APP.

5.9.4. Disponibilização de ferramentas para reparos emergenciais e troca de pneus, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

5.10. Higiene, Identificação e Sustentabilidade:

5.10.1. Fornecimento de uniformes completos e crachás de identificação para os condutores em serviço.

5.10.2. Disponibilização de lixeiras adequadas para coleta de resíduos durante as viagens, visando a minimização de impactos ambientais.

5.10.3. Utilização de Arla 32 para veículos a diesel modernos e apresentação de laudo de opacidade (fumaça preta) regular, conforme normas do CONAMA.

5.10.4. Fornecimento de produtos sanitários e desodorizadores para os banheiros dos ônibus, garantindo a higiene contínua.

5.10.5. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos funcionários da contratada, quando exigido pela legislação vigente.

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) bem como as regras contratuais desta licitação.

5.12. A Contratada é a única responsável pela manutenção preventiva e corretiva de toda a frota utilizada, garantindo que os veículos operem em perfeitas condições de segurança e conservação durante toda a vigência contratual.

5.13. A empresa deverá disponibilizar canal de comunicação e assistência técnica (incluindo serviço de guincho/socorro) de forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) durante a execução de qualquer ordem de serviço.

5.14. A Contratada deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer vício ou defeito resultante de má execução do serviço ou de materiais/veículos inadequados empregados, sob pena de aplicação das glosas previstas no IMR.

Uniformes

5.16. O uniforme deverá compreender peças que compõem o padrão visual de identificação da empresa Contratada, adequadas à atividade de motorista e ao atendimento ao público, garantindo a padronização de todos os colaboradores em serviço.

5.17. O vestuário deve ser adequado às condições climáticas da região de execução do serviço, garantindo o conforto térmico dos passageiros e do condutor.

5.18. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que necessário para garantir o conforto da colaboradora.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.19. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o IFSC e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O IFSC poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o IFSC poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. A Contratada poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Fiscalização Prévia e Documental:

6.16.1.1. Verificação da documentação do motorista (CNH categoria "D" ou "E" e curso especializado) e do veículo (CRLV e apólice de seguro) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da execução de cada viagem.

6.16.1.2. Emissão de despacho favorável ou "Autorização de Viagem" somente após a comprovação de que o veículo atende à idade máxima de 12 (doze) anos e aos requisitos técnicos de acessibilidade, quando solicitado.

6.16.2. Acompanhamento Operacional (In Loco):

6.16.2.1. Conferência e registro obrigatório do odômetro inicial (na saída) e final (na chegada) pelo servidor responsável pela viagem, devendo o mesmo ser instruído a realizar, conforme recomendado, registro fotográfico do painel do veículo para subsidiar o faturamento.

6.16.2.2. Preenchimento de relatório simplificado de viagem para atestar as condições de limpeza, funcionamento do ar-condicionado e comportamento cordial do motorista, direção, entre outros vinculados ao objeto da contratação, servindo de base para a pontuação do IMR e relatório pelo fiscal técnico do contrato.

6.16.3. Monitoramento de Resultados da contratação:

6.16.3.1. Consolidação das infrações detectadas (atrasos, faltas de uniforme, problemas mecânicos) para aplicação das glosas previstas, que podem variar percentualmente sobre o valor da prestação do serviço conforme pontuação do IMR, Anexo II que disciplina o instrumento.

6.16.3.2. Verificação periódica da prova de regularidade com a Seguridade Social, FGTS e CNDT, além da confirmação de que a contratada está honrando os custos de alimentação e hospedagem do motorista, sem repasse ao IFSC, quando necessário pela fiscalização.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022. bem como não excluem o previsto no Decreto nº 11.246/2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. A cada medição, o fiscal deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, consultando o SICAF ou exigindo as certidões de regularidade perante o FGTS (CRF), débitos trabalhistas (CNDT) e tributos federais (CND).

6.21.2. O fiscal deverá conferir, antes de cada viagem, se o motorista indicado possui o vínculo formal com a empresa, CNH compatível e o curso de transporte de passageiros atualizado, conforme exigido no ETP.

6.21.3. Caso a empresa não comprove sua regularidade fiscal ou trabalhista, o pagamento da fatura poderá ser retido proporcionalmente até a regularização da situação.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência. O IMR será utilizado para aferir a qualidade, a segurança e a pontualidade na prestação dos serviços, permitindo que o pagamento seja adequado aos níveis de desempenho verificados em cada viagem ou período de locação.

7.2. A presente contratação adotará o regime de execução por empreitada por preço unitário, sendo a sistemática de medição e pagamento fundamentada na execução de quantidades de itens unitários (quilometragem total percorrida e horas de disponibilidade).

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados;

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, tais como relatórios de inspeção técnica, auditorias de segurança veicular e feedbacks formais dos usuários do transporte.

7.5. Os pagamentos dos serviços terão por base a execução de cada Requisição de Transporte, e se darão na medida exata de sua utilização, sendo regidas por uma fórmula que compreenderá quilometragem total percorrida “rodada” e tempo total de disponibilidade do veículo “horas” e fator de economia de escala.

$$VP = (KmTP \cdot VQ) + (DTV \cdot (VDV \cdot i)), \text{ sendo:}$$

- VP = Valor a ser Pago
- KmTP = Quilometragem Total Percorrida
- VQ = Valor do Quilometro
- DTV = Disponibilidade Total do Veículo em horas
- VDV = Valor da Disponibilidade do Veículo
- I = Coeficiente/Fator de Economia de Escala

7.6. A “KmTP = Quilometragem Total Percorrida” é obtida pela subtração da quilometragem de saída da quilometragem de chegada (odômetro final menos odômetro inicial).

7.7. 15.12. O “VQ = Valor do Quilometro” será objeto de licitação.

7.8. A “DTV = Disponibilidade Total do Veículo em horas” será obtido da subtração da data/hora de partida da data/hora de chegada.

7.9. Para o calculo do “DTV = Disponibilidade Total do Veículo em horas” será considerada a fração de 30 (trinta) minutos com arredondamentos. Ex: 08h30min =08h00min, 08h31min = 09h00min.

7.10. O “VDV = Valor da Disponibilidade do Veículo” será objeto de licitação.

7.11. O “I = Coeficiente/Fator de Economia de Escala” será obtido da seguinte tabela:

Quilometragem Total Prevista (KmTP)	Coeficiente (I)
1 – 100 km	1,0
101 – 300 km	0,9

301 – 600 km	0,7
601 – 900 km	0,5
901 – 1.200 km	0,3
1.201 – 1.500 km	0,1
1.500 km em diante	0

7.12. Conforme estabelecido na Tabela de Coeficientes deste Termo de Referência, para todas as ordens de serviço cuja quilometragem total percorrida seja superior a 1.500 km, o coeficiente de economia de escala (I) será obrigatoriamente igual a 0,0 (zero).

7.12.1. Nestas situações, a parcela da fórmula de cálculo referente à disponibilidade ($DTV * (VDV * I)$) será integralmente anulada, resultando em um valor de pagamento composto exclusivamente pela multiplicação da quilometragem total percorrida pelo valor unitário do quilômetro ($KmTP * VQ$).

7.12.2. Caberá à fiscalização técnica e administrativa observar que, para estas viagens de longo curso, não haverá o faturamento de horas de espera ou pernoites (disponibilidade), independentemente do tempo em que o veículo permaneça à disposição da unidade, uma vez que a remuneração integral do serviço já se encontra contemplada no preço unitário do quilômetro rodado.

7.13. O cálculo estimado da quilometragem a ser percorrida na viagem, e que constará no Anexo II, será realizado no google maps, waze ou outra ferramenta reconhecidamente eficaz.

7.14. O cálculo estimado da Disponibilidade do Veículo (DV), e que constará no Anexo II, será feita através da soma do Tempo da Disponibilidade do Veículo em Deslocamento (TDD) e do Tempo Destinado ao Atendimento do Compromisso (TDC), e será regido pela seguinte equação:

7.9.1. $DV = TDD + TDC$.

7.15. O Tempo da Disponibilidade do Veículo em Deslocamento (TDD) é obtido da divisão da Quilometragem Estimada (KmE), pela produção média de 60km/h em deslocamento, onde

7.10.1. $TDD = KmE/60$.

7.16. A média de “60km/h” em deslocamento é obtida conforme Nota Técnica constante nos Estudos Técnicos Preliminares.

7.17. O Tempo Destinado aos Compromissos (TDC) é estimado de acordo com os compromissos a serem atendidos.

7.18. Eventualmente poderão ser solicitadas viagens internacionais. As empresas contratadas deverão prestar este tipo de serviço, com veículo habilitado para este tipo de viagem, arcando com todos os custos como: seguros, taxas, autorizações, pedágios etc, sem ônus para a Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.

7.19. O motorista deve possuir habilitação que o permita a realização de viagens Internacionais.

7.20. Algumas viagens solicitadas pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC poderão ocorrer em vias não asfaltadas. Quando essas vias, comprovadamente, não comportarem os veículos descritos neste termo de referência, ficará a cargo do Fiscal de Contrato fornecer autorização para que o veículo seja substituído por outro que consiga trafegar no trecho solicitado.

7.21. Em caso de cancelamento de requisição de transporte, com antecedência mínima de 24 horas do início da prestação do serviço, não haverá pagamento para a contratada.

7.22. Nos casos de cancelamento com prazo menor que 24 (vinte e quatro) horas, será realizado pagamento de 10% (dez por cento) do total previsto na requisição de transporte.

7.23. Para a execução dos serviços a contratada estará ciente de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, combustível, manutenção com ou sem substituição de peças, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais.

7.24. O valor da proposta também compreende, obrigatoriamente, todas as taxas, pedágios, seguros, bem como as diárias, hospedagem e alimentação dos motoristas, guias e ajudantes e demais incidências sobre a realização das viagens.

7.25. Em razão da imprevisibilidade dos serviços, a empresa estará ciente de que os mesmos serão executados conforme as necessidades do IFSC, sem restrição a horários, quantidade de veículos e datas.

7.26. Composição dos Preços Unitários:

7.26.1. Nos preços unitários ofertados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como combustíveis, lubrificantes, seguros (RCF-V e APP), tributos, encargos sociais e trabalhistas.

7.26.2. Estão inclusas também todas as despesas acessórias de viagem, como pedágios e taxas de estacionamento.

7.26.3. O valor contratado deve compreender obrigatoriamente todas as despesas com o condutor, incluindo sua alimentação e hospedagem, sendo vedado à contratada repassar qualquer custo ou responsabilidade de reserva aos servidores do IFSC.

7.27. Para fins de apuração da Quilometragem Total Percorrida (KmTP), o ponto inicial (KM 0) e o ponto final de cada ordem de serviço serão obrigatoriamente a sede do Câmpus/Unidade Requisitante (unidade à qual o item/lote está vinculado no contrato), independentemente da localização da garagem da contratada ou do local de saída física do veículo.

7.28. É expressamente vedado o faturamento de "deslocamento morto", compreendido como o trajeto percorrido pelo veículo entre a garagem da contratada e o local de embarque inicial, ou entre o desembarque final e o retorno à garagem, sendo tais custos de responsabilidade exclusiva da contratada.

7.29. DA RETIRADA TEMPORÁRIA DURANTE A DISPONIBILIDADE (VIAGENS)

7.29.1. Durante o período de disponibilidade (viagens de um ou mais dias), a Contratada poderá retirar o veículo para fins de manutenção ou higienização, desde que:

7.29.1.1. Haja concordância expressa do servidor responsável pela viagem (condutor ou fiscal);

7.29.1.2. A retirada e a devolução não interfiram nos horários previstos para os deslocamentos do grupo;

7.29.1.3. O veículo seja devolvido nas mesmas dependências onde foi retirado (estacionamento do evento, hotel, etc.).

7.29.2. A quilometragem registrada no momento da retirada será anotada. Eventuais quilômetros rodados pela Contratada para seus fins (deslocamento para lavagem/oficina/local de descanso /pernoite de motoristatel) não poderão ser cobrados do IFSC.

7.29.3. Caso o veículo não seja devolvido no horário aprazado para o retorno da equipe ou para o próximo deslocamento agendado, a situação será caracterizada como Interrupção de Serviço, sujeitando a empresa às sanções previstas nesta contratação, além da obrigação de custear transporte alternativo (táxi/aplicativo) para todo o grupo, caso necessário.

Recebimento

7.30. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.30.1. Para fins de recebimento provisório, será considerada a conclusão efetiva de cada viagem, exceto nas situações de faturamento mensal previamente acordado com a contratada, conforme disciplinado neste Termo de Referência, materializada pela entrega do Relatório de Viagem /Checklist devidamente validado pelo servidor responsável. Este documento deverá conter obrigatoriamente o registro dos odômetros inicial e final, bem como o horário exato de início e término da disponibilidade do veículo para fins de conferência da medição.

7.31. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo Gestor do Contrato, contado do recebimento provisório, após a conferência da nota fiscal com os relatórios de viagem e a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.31.1. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da confirmação das infrações mecânicas ou de conduta que exijam a aplicação de glosas superiores às previstas inicialmente conforme relatório de fiscalização técnica.

7.32. O prazo para recebimento provisório será contado a partir do término da viagem, conforme item 7.32.1, com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.34. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório com IMR que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.35. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, quando houver.

7.36. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.37. O recebimento provisório ocorrerá a partir da finalização de cada viagem objeto da respectiva Ordem de Serviço (OS), mediante a entrega do Relatório de Viagem/Checklist devidamente preenchido e assinado devendo o fiscal cobrar imediatamente do servidor responsável a entrega do relatório (checklist) de da viagem.

7.37.1. O servidor responsável por acompanhar a viagem atuará como fiscalizador in loco no momento do desembarque final, validando os registros de odômetro e o cumprimento dos horários, conforme termos deste processo.

7.37.2. Este ato inicial de conferência física e documental é indispensável para comprovar a execução do serviço conforme os requisitos de segurança e qualidade exigidos.

7.38. Poderá a Administração, mediante comum acordo e aceite entre a fiscalização técnica, a gestão contratual e a empresa contratada, realizar o recebimento provisório de forma consolidada mensalmente.

7.38.1. Nesta hipótese, a contratada deverá agrupar todas as Ordens de Serviço finalizadas no mês, acompanhadas dos respectivos relatórios validados, para uma conferência administrativa unificada.

7.38.2. A consolidação mensal visa otimizar o fluxo de liquidação da despesa, permitindo a aplicação sistêmica do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) sobre o conjunto de serviços prestados no período faturado.

7.39. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.39.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.39.2. O fiscal administrativo, deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, mediante a consulta ao SICAF ou exigência das certidões de regularidade perante o FGTS (CRF), débitos trabalhistas (CNDT) e seguridade social (CND), referentes ao período de execução.

7.40. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.41. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.42. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.43. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.44. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.45. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.46. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.46.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.46.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.46.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.46.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, concedendo um prazo de 03 (três) dias úteis para defesa.

7.46.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de liquidação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.47. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.48. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.49. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.50. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.51. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.52. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.53. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.54. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.55. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.55.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.55.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.56. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.57. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.58. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.59. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.60. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.61. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, de correção monetária, ou outro índice que vier a ser substituído.

7.61.1. A atualização monetária será calculada pro rata die, considerando-se o intervalo entre a data em que o pagamento deveria ter sido efetuado e a data do efetivo crédito em conta.

7.61.2. Esta medida visa preservar o valor real da prestação do serviço, considerando que o preço do quilômetro e da hora de disponibilidade já engloba todos os custos operacionais e encargos da contratada.

Forma de pagamento

7.62. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.63. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.64. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.64.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.65. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.66. Não será permitida a antecipação de pagamento, devendo o faturamento ocorrer estritamente após a prestação dos serviços e os devidos atestes da fiscalização, conforme rito estabelecido neste Termo de Referência.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.67. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.67.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.68. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado que é a data que estiver registrada na nota técnica de pesquisa de preços.

7.69. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.69.1. A escolha do IPCA justifica-se por ser o índice oficial de inflação do país e refletir a variação média dos custos operacionais (combustíveis, pneus e manutenção) previstos na composição do preço por quilômetro e hora.

7.70. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.71. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.72. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.73. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.74. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.75. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.76. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.76.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.76.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.76.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.76.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.77. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Multa Moratória: Para atraso injustificado na execução do serviço (como atraso na saída de viagens ou entrega de veículos de locação), será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço ou parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.1.1. Nota: Após o 20º dia, a Administração poderá converter a mora em inexecução parcial ou total.

8.2.4.2. Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a extinção do contrato (Art. 137, I, Lei 14.133/21).

8.2.4.3. Multa Compensatória: Para as infrações de natureza administrativa ou descumprimento de cláusulas contratuais (exceto inexecução total), será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

8.2.4.4. Multa Compensatória: Para a inexecução total do contrato, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

8.2.4.5. Multa Compensatória: Para infrações que ensejem o impedimento de licitar (como apresentação de documento falso), será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

8.2.4.6. Multa Compensatória: Em substituição à multa moratória, caso o atraso torne o serviço inútil para o IFSC, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

8.2.4.7. Multa Compensatória: Para inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, ressalvadas as seguintes infrações específicas do serviço de transporte:

8.2.4.7.1. Falha na substituição de veículo com pane no prazo máximo estabelecido: multa de 2% (dois por cento) do valor da viagem por hora de atraso.

8.2.4.7.2. Execução do serviço com veículo que não atenda aos requisitos de idade, segurança ou conforto (ex: ar-condicionado inoperante): multa de 5% (cinco por cento) do valor da viagem.

8.2.4.7.3. Ausência de motorista devidamente uniformizado ou identificado: multa de 1% (um por cento) do valor da viagem.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções, dispostas neste item, realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. O julgamento das propostas será realizado pelo menor preço por lote/item, conforme definido no Edital, considerando os valores unitários para o quilômetro rodado e para a hora de disponibilidade.

9.1.2. A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se no Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço comum de transporte, visando a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para o IFSC.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3.1. A adoção deste regime justifica-se pela natureza do serviço de transporte (fretamento), cuja execução dar-se-á de acordo com a necessidade observada da Administração, impossibilitando a definição prévia e imutável dos quantitativos totais.

9.3.2. Os pagamentos serão realizados mediante a medição das unidades efetivamente executadas, utilizando-se como base os preços unitários adjudicados para a quilometragem percorrida e as horas de disponibilidade conforme regras deste termo de referência do certame.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, os critérios de aceitabilidade de preços serão os seguintes:.

9.4.1. Não serão aceitas propostas com valor total superior ao valor global estimado da contratação.

9.4.2. Não serão aceitos preços unitários que excedam os valores máximos fixados pela Administração para os itens de Quilômetro Rodado e Hora de Disponibilidade, conforme a Planilha de Preços Estimados.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento eventual ou turístico, expedido pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da legislação vigente:

9.34.1. Âmbito Interestadual/Nacional: Certificado de Registro para Fretamento (CRF) válido, expedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nos termos da Lei nº 10.233/2001 e da Resolução ANTT nº 4.777/2015.

9.34.2. Âmbito Intermunicipal (Santa Catarina): Registro ou Licença vigente para fretamento eventual, expedido pelo Departamento de Transportes e Terminais de Santa Catarina (e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE/SC ou órgão competente estadual), conforme o Decreto Estadual nº 1.260/2012.

9.35. A ausência de qualquer uma das autorizações acima, conforme a abrangência do lote/item licitado, resultará na inabilitação da licitante, visto que a regularidade perante os órgãos reguladores é condição indispensável para a segurança do transporte e para a emissão das guias de viagem obrigatórias.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36.1. O SICAF válido será considerado para fins de habilitação, exceto a técnica.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de **R\$ 4.183.796,00**, conforme custos unitários apostos na tabela do **item 1.1.1** deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do IFSC.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 158516;

II) Elemento de despesa: 339039

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Planilha de Custo e Formação de Preço

14. ANEXO II

Relatório Circunstanciado de Fiscalização Técnica e IMR

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO GOLTARA GOMES

Membro da comissão de contratação

NAUANA GAIVOTA SILVEIRA

Membro da comissão de contratação

THIEGO RIPPEL PINHEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 08:33:43.